

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	OSP (Notas e Informações)
Data	18/3/2002 Pg 43
Class.	Kayapo / Geral

391

O 'mognotour' dos caiapós

Pressionado pelos índios caiapós, o presidente do Ibama, Hamilton Casara, resistiu, recusando-se, na semana passada, a liberar o mogno apreendido e estocado nas reservas da tribo. Como lembrou Casara, a derrubada das árvores foi feita ilegalmente ou com certificados falsos de planos de manejo do Ibama. Os índios protestaram ruidosamente contra a decisão do presidente do Ibama, reclamando o "direito" de comercializar a madeira de suas reservas. Em outubro, portaria do Ibama proibiu a extração, o transporte e a comercialização de mogno.

Os índios argumentam que sem vender a madeira não têm como comprar comida, roupas e remédios para a tribo. Para cobrar do Ibama a liberação do mogno apreendido, fretaram dois ônibus e viajaram cerca de 3 mil quilômetros, desde Redenção, no sul do Pará, até Brasília. Os índios podem não ter recursos para comprar comida, mas fretam veículos para tão longa viagem por uma simples razão: os custos da expedição indígena – o "mognotour" – teriam sido cobertos por madeireiros da região, interessados na retomada da exportação de mogno para Europa e Estados Unidos.

Os fiscais do Ibama apreenderam 21 mil metros cúbicos de mogno, avaliados em R\$ 65 milhões, que estão armazenados em balsas no Lago do Poti, no Rio Xingu, na fronteira do Pará com Mato Grosso, todo ele extraído ilegalmente de reservas caiapós. Os maiores interessados na liberação da madeira, ao contrário do que possa parecer, não são os índios, mas os madeireiros. Afinal, o metro cúbico de mogno, que vale US\$ 20 no mo-

mento da extração, alcança US\$ 1,5 mil quando está no porto para exportação.

A extração ilegal de madeiras de lei é uma das principais ameaças à preservação da floresta amazônica. As operações de apreensão de mogno só estão tendo sucesso porque o Exército dá cobertura aos fiscais do Ibama. As grandes madeireiras usam os índios, especialmente os caiapós, para acobertar a extração ilegal. A portaria do Ibama visou a controlar essa situação.

O Ministério Público do Estado do Pará tem denunciado a extração ilegal, pelas madeireiras, em terras indígenas. No final de fevereiro, o promotor Mauro Mendes de Almeida denunciou Osmar Alves

**Extração
ilegal de
mogno é séria
ameaça à
preservação
da Amazônia**

Ferreira – conhecido na região do sul do Pará como "rei do mogno" – por extração de madeira de lei em terras indígenas, entre vários outros crimes. A juíza Már-

cia Leão Murieta, de Altamira, em decisão comemorada com grande festa pelos denunciados, negou o pedido de prisão preventiva de Ferreira e de outros 12 madeireiros. A juíza reconheceu a "existência de indícios de alguns crimes contra alguns acusados", mas negou a prisão preventiva. Entre esses indícios estão a apreensão de 20 mil metros cúbicos de mogno ilegalmente extraídos por esses madeireiros, além de 38 veículos, 1 balsa e 2 aviões. O promotor Mendes de Almeida advertiu na ocasião que, livres, os denunciados podem "coagir testemunhas" e praticar novos crimes.

O fretamento dos ônibus – lotados de caiapós que foram a Brasília exigir que o Ibama descumprisse a lei – é apenas mais uma das ousadias dos madeireiros que o promotor Mendes de Almeida antecipou que ocorreriam.